

PARTIDOS CONSERVADORES NO BRASIL DO SÉCULO XXI (2002-2018)

Henrique Curi (Unicamp – Partidos y Sistemas de Partidos)¹
Otávio Catelano (Unicamp – Partidos y Sistemas de Partidos)²

"Trabalho preparado para apresentação no X Congresso Latinoamericano de Ciência Política (Alacip), organizado conjuntamente pela Associação Latinoamericana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey em 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019".

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras-Cesop/Unicamp). Bolsista CNPq. E-mail: curihenrique@gmail.com.

² Mestrando no PPGCP-Unicamp. Membro do PolBras (Cesop/Unicamp). Bolsista Fapesp (Nº do processo: 2019/01456-4). E-mail: ozcatelano@gmail.com.

Resumo

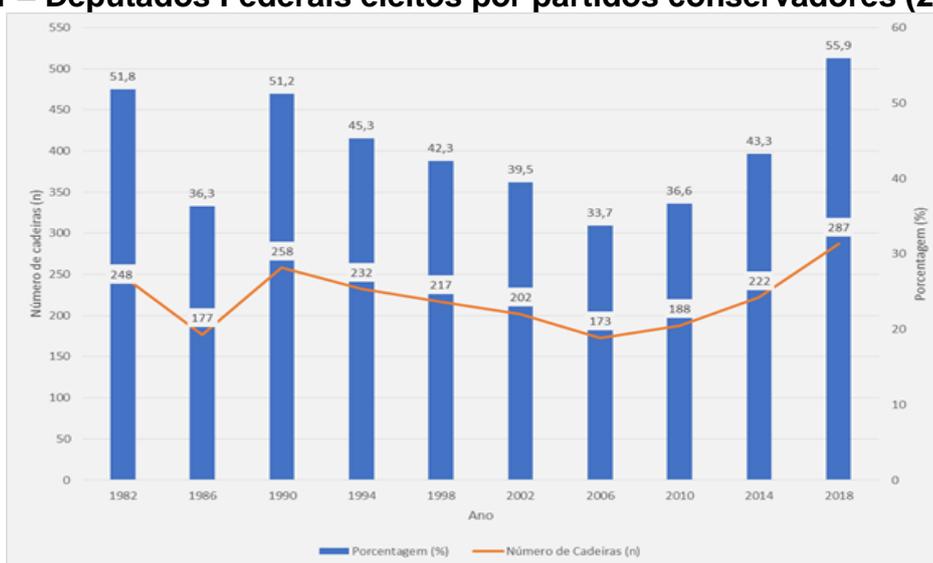
Passadas quase duas décadas desde a publicação da maior referência sobre partidos conservadores no Brasil (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b), o tema se tornou cada vez mais importante ao longo desses anos. Investigar o surgimento de novas legendas partidárias, seus valores, seu sucesso eleitoral e adesão de suas pautas por parte do eleitorado é o grande objetivo desse trabalho. Dessa forma, atualizamos a discussão e os dados referentes a obra publicada no final do século XX – incorporando-se como um trabalho de atualização para uma agenda sobre conservadorismo no Brasil. Nossa metodologia foi baseada em materiais coletados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) e no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Os resultados apontam para o desdobramento de uma nova forma de conservadorismo frente aos valores encontrados em nossa obra de referência – seja na esfera dos princípios defendidos pelos próprios parlamentares, seja nos recortes sociais do eleitorado brasileiro.

Introdução

O século XXI estava prestes a iniciar e Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) voltaram seus esforços para estudar os partidos conservadores brasileiros pós-1985. O estudo se tornaria um marco analítico para compreensão dos partidos políticos no Brasil, até então pouco estudados no âmbito dos chamados conservadores. Ao final do livro, os autores relatam a importância do objeto de estudo: eles são o futuro do país. A previsão, que parecia ambiciosa e arriscada, demonstrou-se lúcida.

Se considerarmos apenas os partidos analisados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b), houve uma diminuição na representação parlamentar federal de 5,4% desde a primeira eleição nacional após a publicação do livro até os dias atuais. Mas, se atualizarmos esta lista de siglas, há um crescimento da ideologia. Se em 2002 os partidos conservadores representavam 39,5% do Câmara de Deputados, em 2018 conquistaram 55,9% das cadeiras em disputa – um crescimento de 15,4%.

Gráfico 1 – Deputados Federais eleitos por partidos conservadores (2002-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de dados disponíveis em Mainwaring, Meneguello e Power (2000b).

O crescimento do sucesso eleitoral não é em vão. Desde 2000, 11 siglas de cunho conservador surgiram, formaram alianças com outros partidos para sua nova formação ou atingiram o critério estabelecido para análise³. Os partidos conservadores pós-2000 envolvem desde siglas puramente defensoras do liberalismo econômico, como é o caso do Partido Novo (NOVO), até agremiações cujo berço é encontrado dentro de uma igreja evangélica, situação do Partido Republicano Brasileiro (PRB).

A heterogeneidade dos partidos conservadores e sua agenda de atuação diversificada apenas reitera o argumento dos autores de que o conservadorismo é relacional e evolui com o tempo (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 15). Neste sentido, nossa pergunta de pesquisa é a seguinte: quais são, o que defendem e quais as bases dos partidos conservadores no Brasil do século XXI (2002-2018)? Nosso trabalho, assim, insere-se dentro de uma agenda de pesquisa sobre conservadorismo no Brasil e traz luz sobre o tema a partir de novos dados para nosso caso.

Para responder nossa pergunta, estruturamos nosso artigo em três partes além desta Introdução. Na primeira, faremos uma discussão acerca dos conceitos a serem trabalhados durante o artigo e estabeleceremos, assim, nosso ponto de partida. Além disso, também será feita uma contextualização acerca do nosso estudo de caso para

³ Para definição de quais partidos conservadores analisar, Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) definiram o seguinte critério: representação de pelo menos um membro no Congresso Nacional, ou um governador, ou um candidato presidencial que obteve, no mínimo, 2% dos votos.

partidos conservadores, o Brasil, bem como argumentaremos sobre a necessidade de atualização do estudo e a distinção dos partidos conservadores explorados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b).

Na seção seguinte, apresentaremos nossa estratégia empírica e a nossa análise. A fim de responder quais são os partidos conservadores, realizaremos uma breve revisão historiográfica a partir de textos que analisaram a formação do sistema partidário brasileiro após a redemocratização. Para avaliarmos o que eles defendem, utilizaremos o *survey* Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), coordenado por Timothy Power (University of Oxford) e César Zucco (Fundação Getúlio Vargas)⁴. Ao investigarmos suas bases, valeremo-nos do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Por último, incluiremos uma seção para exposição de dados eleitorais comparativos entre os valores encontrados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) e os nossos. Dessa forma, conseguiremos avaliar nosso argumento sobre a importância de atualização do estudo.

Por fim, concluiremos com nossos principais resultados, os limites de nossa análise e com a (re)abertura de uma agenda de pesquisa sobre partidos conservadores que, principalmente com a vitória de um deles para o Poder Executivo federal no Brasil pela primeira vez desde 1989, teve as atenções viradas para si.

Partidos políticos e o conservadorismo

A análise de partidos políticos e do conservadorismo é, em grande medida, dialogável. Por parte do primeiro grupo, já possuímos bases para afirmar sobre suas mudanças e atualizações de acordo com o contexto inserido (Panebianco 2005). Em relação ao conceito de “conservadorismo”, há aqui uma surpresa: o tema possuiu transformações durante décadas no interior do capitalismo – opondo-se, assim, a uma visão estática do mundo frente ao conceito (Gibson 1996; Fretel 2011).

O chamado “velho conservadorismo”⁵ – marcado por traços aristocráticos, religiosos e autoritários – deu lugar a uma corrente de pensamento que passou a adaptar-se às evoluções do mundo contemporâneo e, conseqüentemente, às regras do jogo democrático. Neste sentido, nada mais representativo do que partidos políticos para que o pensamento conservador possa se desenvolver (Fernandes 2017).

⁴ Power e Zucco (2014).

⁵ Ver Mannheim (1981); Romano (1994); Giddens (1995).

A conceitualização de partidos políticos conservadores passa, necessariamente, pela classificação de Gibson (1996). O autor, a fim de evitar uma inclusão sem critérios em alguma parte do espectro ideológico esquerda-direita, propõe a análise a partir das bases eleitorais dos partidos. Para Gibson (1996), os partidos conservadores possuem suas bases de apoio estritamente ligadas às camadas superiores da sociedade e as representações de valores e interesses das mesmas.

Porém, os critérios para avaliação das bases sociais conservadoras no Brasil é extremamente problemática, como demonstram Mainwaring, Meneguello e Power (2000b). Em primeiro lugar, no Brasil, a suposta desproporção de inserção nas camadas superiores pelos partidos conservadores simplesmente não é confirmada. Pessoas de baixa renda e menor escolaridade, historicamente, tendem a apoiar tais partidos. Em segundo lugar, Gibson (1996) pontua a respeito das distintas bases financeiras que o partido conservador possui. No caso brasileiro, a agenda de pesquisas sobre financiamento partidário aponta para uma grande dependência do Estado e a ausência de um padrão de financiamento quanto à ideologia (Ribeiro 2009; Krause, Rebello, e Silva 2015). E, além disso, Gibson (1996) sugere pesquisar as posições programáticas de cada partido. A avaliação estaria sujeita a subjetividade de cada pesquisador para determinar que classe social o partido estaria defendendo.

Mainwaring, Meneguello e Power (2000b), ainda que de forma discordante ao autor, também defendem a avaliação de conservadorismo dos partidos políticos via posições programáticas. A metodologia utilizada pelos autores baseia-se na análise de votações durante a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) – contexto atípico para análise do comportamento parlamentar. Tal contexto, sem dúvida, proporcionou um estudo criterioso e fiel das ideologias partidárias. No entanto, como argumentaremos em breve, a postura partidária no Congresso Nacional, em votações ordinárias, passou a se basear pela polarização coalizão *versus* não coalizão - ou seja, quem faz parte do governo ou da oposição (Figueiredo e Limongi 2001; Freitas 2016).

A análise ideológica de tais partidos via votações legislativas é, portanto, problemática em nosso recorte temporal. Ainda que pesquisas tragam a questão partidário-ideológica como evidente (Rodrigues 1987; Kinzo 1990; Power 2000), principalmente em termos de aproximação do conservadorismo com a direita, nosso

caso não permite tal inferência. Por isso, utilizamo-nos de outros recursos para medir o grau de conservadorismo dos partidos.

Os *surveys* PLB trarão dimensões mais fiéis no que se refere à estrutura ideológica dos partidos políticos no Brasil. Tal pesquisa conta com a resposta de parlamentares sobre temas que abarcam desde as preferências frente aos aspectos institucionais do sistema político brasileiro, como o poder de legislar do Executivo, até opções ideológicas, como a auto localização no espectro esquerda-direita.

No entanto, é importante ressaltar que a apresentação ao público de forma ideológica não costuma ser uma prática dos partidos políticos no Brasil. Em termos de conservadorismo, o discurso que assume sua própria ideologia é ainda menos frequente (Rodrigues 1987). A tendência pós-ditadura militar foi justamente a de negar a condição de conservador/direitista para ter sua imagem afastada do período autoritário, fenômeno que ficou conhecido como “direita envergonhada” (Souza 1992). Porém, como sugerem Mainwaring, Meneguello e Power (2000b), havia uma orientação de crescimento da auto afirmação enquanto direita. Provavelmente, esse contra fenômeno da “direita envergonhada” se deu pela associação com o neoliberalismo econômico nos anos 1990.

Nas seções a seguir, detalharemos quais eram e quais são os atuais partidos conservadores no Brasil, o que defendiam e o que defendem atualmente, bem como quais eram e quais são suas bases sociais. A explicação sobre como se deu nossa estratégia empírica para analisar a questão e nossos principais resultados será feita a cada tópico.

Estratégia empírica e análise dos dados

Quais eram e quais são?

Através do Ato Institucional Número Dois, de 1965⁶, a instituição do bipartidarismo durante a ditadura militar criou a sigla Aliança Renovadora Nacional (ARENA) com o objetivo de forjar maioria parlamentar e medir o apoio eleitoral aos governos militares, cujo único adversário seria o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A ARENA era beneficiada por contar com os recursos do Estado e o controle de praticamente todas as máquinas estaduais, que ajudavam a vencer eleições relativamente controladas. O custo disso era a associação inevitável da legenda com

⁶ Ato Institucional nº. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

o Poder Executivo nacional, já que tinha posição subserviente ao governo militar (Kinzo 1993).

As divergências ideológicas internas de cada partido, esperadas num sistema bipartidário, eram controladas pela possibilidade da adoção de sublegendas, que comportariam uma mínima competição em disputas locais (Kinzo 1993). No entanto, as derrotas eleitorais arenistas, marcadas principalmente pelas eleições de 1974, deviam-se principalmente por essas discordâncias entre as diversas facções que o compunham, “a maioria delas vinculadas a oligarquias tradicionais nos estados” (Kinzo 1993, 39).

A chamada “Reforma Partidária”, de 1979⁷, permitiu que novas legendas fossem criadas. Nesta ocasião, a ARENA foi refundada como Partido Democrático Social (PDS) e perdeu muitos membros. Por isso, um pacote de novas regras eleitorais foi aprovado em 1981 a fim de favorecer o PDS nas eleições de 1982. A estratégia foi bem-sucedida, mas a instabilidade interna teve continuidade graças aos crescentes protestos em favor das eleições diretas e às controvérsias relacionadas ao apoio ou não à trajetória do ex-governador paulista Paulo Maluf rumo à Presidência da República (Kinzo 1993; Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b).

Maluf venceu a disputa interna para candidatura à sucessão de Figueiredo, resultado que provocou uma dissidência e a criação de uma nova legenda, o Partido da Frente Liberal (PFL), que levou consigo muitos outros quadros pdsistas. O PDS, nascido em um contexto não-competitivo, perdeu eleições que contavam com presença de novas alternativas políticas e encontrou-se fragilizado quando não teve acesso aos recursos do Estado (Kinzo 1993; Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b). A sigla passou por diversas fusões ao longo do tempo, mas permaneceu sob o controle de Maluf, eleito presidente da mesma por aclamação em 1991 (Kinzo 1993, 43) e prefeito de São Paulo-SP em 1992.

Foi o PFL o “vencedor do processo sucessório” (Kinzo 1993, 47), permanecendo no poder. Continuou com acesso aos recursos do Estado e teve identidade desvinculada do apoio à ditadura militar. Marcado, desde a fundação, por ser um partido governista, teve sucesso eleitoral impressionante em quase todo o país⁸ (Kinzo 1993). O partido foi, também, uma oportunidade para que antigos líderes

⁷ Lei 6.767 de 1979. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 30.jun.2019.

⁸ Menos no estado de São Paulo (Kinzo 1993).

do PDS se “desligassem” publicamente do regime autoritário, numa tentativa de ofuscar o passado político e apoiar a transição ao regime democrático (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b)⁹.

Por fora desta trajetória de rupturas encontradas no histórico da ARENA, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado a partir de disputa entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, sendo esta a vencedora por decisão da Justiça Eleitoral. O partido foi conduzido, em seu início, por “resquícios” do apoio político a lideranças do sistema pré-1964, como Jânio Quadros e Sandra Cavalcanti, herdeira do lacerdismo (Kinzo 1993, 65). Também governista no âmbito federal, desvinculou-se do trabalhismo característico do antigo PTB (1945-1964) e passou a ter um caráter mais eleitoreiro, com votações localizadas em áreas específicas devido a apoios a lideranças locais (Kinzo 1993).

Segundo Mainwaring, Meneguello e Power (2000b), o PDS¹⁰, o PFL e o PTB eram os principais partidos do pólo conservador no país. O primeiro, que hoje se chama Progressistas (PP), elegeu a terceira maior bancada do país nas eleições de 2018: 37 deputados. O segundo, que desde 2007 atende por Democratas (DEM), ainda exerce grande influência no Poder Legislativo – atualmente presidindo as duas casas –, mesmo que tenha passado por uma expressiva redução do número de deputados. O terceiro, que manteve uma média de 23,75 cadeiras na Câmara dos Deputados entre 2002 e 2014, conquistou apenas 10 em 2018, tendo sido um dos partidos que mais perdeu deputados entre as duas últimas eleições, proporcionalmente falando. Além dos três, outras oito siglas conservadoras que foram analisadas pelos autores atingiram, entre 2002 e 2018, um dos critérios estabelecidos pelos mesmos. Elas estão expostas pelo número de cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados na Tabela 1, abaixo.

⁹ Logo que foi fundado, o PFL também já contou com uma dissidência “para chamar de sua”. O Partido Liberal (PL), criado também em 1985, teve visibilidade nacional proporcionada pelo líder Afif Domingos. Possuía fortes ligações com o empresariado moderno, ocupando um espaço liberal “que o PFL não preencheu” (Kinzo 1993, 65). Esta legenda, no entanto, não foi capaz de se firmar na disputa contra os traços governistas do PFL, e não conseguiu que seus quadros se mantivessem filiados para concorrer a eleições quando sua organização partidária ainda se encontrava em fase inicial (Kinzo 1993). Em 2003, incorporou o Partido Geral dos Trabalhadores (PGT) e o Partido Social Trabalhista (PST). Em 2006, fundiu-se com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), formando o Partido da República (PR) – que, em 2019, voltou a chamar Partido Liberal (PL).

¹⁰ E seus diferentes nomes: ao se fundir com o Partido Democrata Cristão (PDC) em 1993, formou o Partido Progressista Reformador (PPR); que, ao se fundir com o Partido Progressista (PP) em 1995, formou o Partido Progressista Brasileiro (PPB). Posteriormente, o partido mudou de nome duas vezes: em 2003 para Partido Progressista (PP) e em 2017 para Progressistas (PP).

Tabela 1 - Cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados (2002-2018) pelos partidos analisados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b)

Partido	2002		2006		2010		2014		2018	
	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)	(n)	(%)
PFL-DEM	84	16.4	65	12.7	43	8.4	21	4.1	29	5.7
PL-PR	26	5.1	23	4.5	41	8.0	34	6.6	33	6.4
PMN	1	0.2	3	0.6	4	0.8	3	0.6	3	0.6
PPB-PP	49	9.6	42	8.2	44	8.6	38	7.4	37	7.2
PRONA	6	1.2	2	0.4	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PSC	1	0.2	9	1.8	17	3.3	13	2.5	8	1.6
PSD1	4	0.8	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PSL	1	0.2	0	0.0	1	0.2	1	0.2	52	10.1
PST	3	0.6	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PTB	26	5.1	22	4.3	22	4.3	25	4.9	10	1.9
PTC	0	0.0	4	0.8	1	0.2	2	0.4	2	0.4

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE.

NE = Não existente.

PSD1 = Partido Social Democrático (1987-2003); sua sigla foi descrita desta forma para o diferenciar do Partido Social Democrático (2011-hoje), o PSD2; nenhum dos dois possui qualquer ligação com o PSD (1945-1965) que existiu antes da Ditadura Militar.

Dois dados saltam aos olhos. Primeiro, o desempenho do PL-PR, que desde 2014 ultrapassou em número de deputados seu antigo abrigo, o PFL-DEM. Segundo, o aumento notável do Partido Social Liberal (PSL). Fundado em 1994 e registrado em 1998, o partido foi inexpressivo até 2018: no dia sete de março foi celebrada a filiação daquele que no dia 28 de outubro viria a ser o vencedor da eleição presidencial, Jair Bolsonaro (PSL-RJ).

Além dessas onze legendas conservadoras, outras onze alcançaram – entre 2002 e 2018 – um dos critérios delineados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000), seja por terem melhorado os seus desempenhos eleitorais, seja por terem sido fundadas após a publicação do livro. Na Tabela 2, elas foram expostas de maneira semelhante aos seus pares.

Tabela 2 - Cadeiras conquistadas para a Câmara dos Deputados (2002-2018) por partidos que não foram analisados por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b)¹¹

Partido	2002		2006		2010		2014		2018	
	(n)	(%)								
NOVO	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	NE	8	1.6
PAN	0	0.0	1	0.2	NE	NE	NE	NE	NE	NE
PEN-PATRI	NE	NE	NE	NE	NE	NE	2	0.4	5	1.0
PRB	NE	NE	1	0.2	8	1.6	21	4.1	30	5.8
PRP	0	0.0	0	0.0	2	0.4	3	0.6	4	0.8
PRTB	0	0.0	0	0.0	2	0.4	1	0.2	0	0.0
PSD2	NE	NE	NE	NE	NE	NE	36	7.0	34	6.6
PSDC-DC	1	0.2	0	0.0	0	0.0	2	0.4	1	0.2
PTdoB-AVANTE	0	0.0	1	0.2	3	0.6	1	0.2	7	1.4
PTN-PODE	0	0.0	0	0.0	0	0.0	4	0.8	11	2.1
SD	NE	NE	NE	NE	NE	NE	15	2.9	13	2.5

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do TSE.

NE = Não existente.

Entre estes partidos, dois chamam atenção pelo número relativamente alto de cadeiras conquistadas apesar do pouco tempo disputando eleições: o PRB, sobre o qual já falamos acima, e o PSD (na Tabela 2, PSD2), fundado por Gilberto Kassab em 2011.

Quando analisado em conjunto, o bloco conservador demonstra força (ver Gráfico 1). No período 2002-2018, não conquistou menos que $\frac{1}{3}$ da Câmara – inclusive, em 2018 conquistou mais da metade das cadeiras. Entretanto, apresenta também alta fragmentação. Essa fragmentação não é marcada por divergências políticas: em vez de avaliar as posições do partido sobre o liberalismo econômico, os critérios de ingresso dos políticos em um partido conservador seriam a avaliação da posição da legenda em relação ao Estado e as redes locais de aliados nas quais eles estão inseridos (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000a)¹².

O que defendiam e o que defendem?

Para analisar o programa dos partidos conservadores, Mainwaring, Meneguello e Power avaliaram os posicionamentos dos mesmos diante de votações nominais ocorridas durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) referentes a questões como “Democracia e autoritarismo”, “Liberalismo econômico e questões morais” e

¹¹ Porque na época não haviam se encaixado nos critérios propostos.

¹² Além disso, os incentivos institucionais – como o sistema eleitoral, o federalismo etc. – são importantes para explicar tal fragmentação, mas não explicam porque o bloco conservador é mais fragmentado do que outros blocos ideológicos. Uma explicação seria que as elites dos partidos em questão seriam mais personalistas do que nos outros campos, portanto seriam menos comprometidas com organizações formais, prezando mais pela própria autonomia; e não veriam incentivos para se unirem em um grande partido (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000a).

“Instituições democráticas e representação” (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 31–42).

Ao se debruçarem sobre o tema “Democracia e autoritarismo”, os autores demonstraram que, se comparados com a média da ANC e com os deputados de partidos não conservadores, os deputados dos partidos conservadores votaram sistematicamente em defesa dos chamados “entulhos autoritários” da Constituição: contra a revogação dos decretos secretos publicados pelos governos militares, o limite máximo para arquivamento de documentos secretos, a restituição de militares cassados durante a ditadura e o reconhecimento oficial por parte do governo sobre os direitos violados entre 1964 e 1978, se assim exigido pelos cidadãos (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 32–34).

No que se refere a políticas pró-mercado, os autores selecionaram votações relativas à atribuição de função social às propriedades privadas e à nacionalização dos direitos ao subsolo, nas quais os partidos conservadores se posicionaram consideravelmente mais contrários do que a média; e votações relativas ao fim do tabelamento de juros e da “concentração” sindical, nas quais se posicionaram mais a favor. Essas votações demonstram que o neoliberalismo foi, durante os anos 1990, uma ideologia que uniu os partidos conservadores em diversas questões; assim como as questões morais, entre as quais os deputados dessas legendas se posicionaram contra a legalização do aborto e a igualdade de direitos para pessoas LGBTs, assim como demonstraram menor propensão a criticar violação de direitos humanos – especialmente quando as vítimas dessas violações eram criminosos ou suspeitos (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 34–38).

Nas questões alusivas às “Instituições democráticas”, os deputados de partidos conservadores tenderam a defender o presidencialismo enquanto sistema político. Quanto ao sistema eleitoral, inclinaram-se a apoiar o voto federativo ponderado para eleições presidenciais – um modelo próximo do sistema eleitoral dos EUA – e a rejeitar a reeleição para cargos majoritários (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 38–39).

A fim de explorarem a questão da representação, os autores observaram os dados de uma pesquisa realizada por um deles, T. Power. Este é o *survey* que posteriormente recebeu o nome de Pesquisa Legislativa Brasileira, como citamos na Introdução. Suas ondas na década de 1990 foram realizadas em 1990, 1993 e 1997.

Os respondentes foram deputados federais e senadores de diversos partidos políticos. A partir das informações coletadas, os autores notaram que os parlamentares de partidos conservadores demonstram apoiar menos a postura de fidelidade partidária e costumam atribuir as suas vitórias eleitorais a esforços pessoais, não partidários (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 39–42).

Quanto a dimensão esquerda/direita, os autores notaram que, durante a década de 1990, a direita estava negativamente estigmatizada. Houve uma discrepância entre a localização ideológica de partidos conservadores quando atribuída pelos seus próprios deputados e quando atribuída a) por congressistas de partidos não conservadores e b) pelos congressistas respondentes em geral: os primeiros localizavam seus partidos mais à esquerda do que os segundos e os terceiros. Além disso, os primeiros se auto-localizavam à esquerda da localização que atribuíam às suas legendas (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 42–46). Fatos como esses ilustram o fenômeno da “direita envergonhada”, citado na Introdução. Entretanto, como também já citamos na introdução, a média global do Congresso e dos partidos conservadores evoluiu para a direita ao longo das ondas da década de 1990, o que pode ter sido motivado tanto por uma real mudança ideológica do Congresso quanto por uma mitigação do fenômeno da direita envergonhada (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 46).

Para cumprirmos o objetivo de observar os dados atuais de maneira a compará-los com as análises dos autores, é necessário levar em conta alguns argumentos teóricos e empíricos. Primeiro, as votações dos partidos no Congresso são orientadas de acordo com a clivagem governo/oposição, marcada pela coalizão construída pelo presidente e seu partido (Figueiredo e Limongi 2001; Freitas 2016). Segundo, por mais que a ação coletiva na ANC tenha sido estruturada pelos partidos – tendo sido, inclusive, o espaço no qual o Colégio de Líderes foi criado –, algumas votações, como as referentes a questões morais, por exemplo, envolviam incentivos diferentes dos de votações comuns.

Logo, a comparação entre votações na ANC com votações em Legislaturas subsequentes é necessariamente prejudicada. Por exemplo: as coalizões dos governos petistas (2003-2016), que constituem a maior parte do nosso recorte temporal, foram notadamente mais heterogêneas no quesito ideológico do que suas predecessoras. Uma vez tomado como pressuposto o argumento exposto no primeiro

ponto, as votações deste período não necessariamente nos fornecerão o posicionamento ideológico sincero dos partidos, mas sim dos governos.

Outros dois objetos de análise possíveis seriam os temas das proposições e os discursos dos parlamentares. No entanto, os dados da primeira alternativa não fornecem o posicionamento favorável ou contrário dos congressistas, e os dados da segunda alternativa já foram testados por Izumi (2016), que também demonstrou a existência do aparte entre governo e oposição. Desta forma, as informações que mais contribuirão para o cumprimento do objetivo são as coletadas pela PLB. Como é realizada uma onda a cada Legislatura, selecionamos entre os dados que estão disponíveis para análise de pesquisadoras e pesquisadores as ondas realizadas em 2005, 2009 e 2013¹³.

A fim de compararmos com resultados das votações ocorridas durante a ANC para introduzirmos um aspecto ideológico mais criterioso para nossa análise, selecionamos algumas questões de diálogo com as votações trabalhadas em Mainwaring, Meneguello e Power (2000b). As votações são separadas pelos autores a partir de cinco temas: "democracia e autoritarismo", "políticas pró-mercado", "agenda moral", "instituições democráticas e representação" e dimensão esquerda/direita.

Para o primeiro tema, "democracia e autoritarismo", analisamos a seguinte pergunta da PLB: "Com relação a um debate na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, o Sr. está a favor ou contra à inclusão do dispositivo que assegura às Forças Armadas o direito de intervenção para garantir a ordem interna?". Nessa questão, os partidos conservadores apresentaram avanço nas respostas a favor de intervenção militar, atingindo seu auge em 2013, com 56% de apoio entre os parlamentares conservadores analisados.

Para medirmos o grau de apoio às políticas pró-mercado, valemo-nos da questão "Na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil? Marque apenas uma opção: 1) Uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado; 2) Um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das

13

Disponível

em:

<<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/T2PW7F>>. Acessado em: 29.jun.2019. A onda realizada para a última Legislatura (fev.2015-jan.2019) não está disponível, por isso não foi incluída na análise.

empresas estatais e outra das empresas privadas; 3) Uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada; 4) Uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal.” Nesse aspecto, o comportamento é massivamente a favor do mercado em detrimento ao Estado, mas sem exclusão deste. Apenas em 2009 que a porcentagem de apoiadores do Estado na economia ganha maior adesão, com 11% dentre os conservadores. Sugerimos o sucesso do Programa Bolsa Família como possível variável a ser testada como resposta.

Quanto à questão referente a “agenda moral”, analisamos pela questão incluída na PLB de 2013, qual seja “Você concorda ou discorda? Casais homossexuais deveriam ter o direito de se casar.” Para tal questão, nota-se uma postura, em sua maioria, indiferente – com 23% das respostas. O espectro encontra-se equilibrado entre os conservadores para tal questão.

Frente ao tema “instituições democráticas e representação”, optamos pela questão “Alguns parlamentares são eleitos por causa de sua sigla partidária - isto é, o poder de organização do partido ou o perfil que ele tem na opinião pública. Outros são eleitos devido a sua capacidade individual para a organização ou a sua atuação pessoal na política. No seu caso, qual foi mais importante?”. Dessa forma, avaliamos a aceitação frente a máquina eleitoral e seu próprio potencial de representatividade para o parlamentar. Os resultados indicam a percepção crescente da importância do pragmatismo pessoal para sucesso eleitoral. Em 2005, 65% dos deputados de partidos conservadores creditavam sua cadeira ao prestígio pessoal, já em 2013 esse número salta para 91%.

Por último, parlamentares eleitos por partidos conservadores tendem a se colocar como centro, simbolizado pelo número 5, dentro da dimensão ideológica esquerda e direita. A taxa de “não resposta” é alta e apenas em 2009 os parlamentares se colocaram mais claramente ao centro e próximo a ele – nos números 4 ou 6.

Quais eram e quais são suas bases sociais?

Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) também discutiram sobre as bases sociais dos partidos conservadores de duas maneiras. Primeiro, observaram dados eleitorais com base em uma perspectiva regionalizada. Demonstraram que os partidos

conservadores tinham melhores desempenhos nas regiões mais pobres do país: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo, exploraram dados de identificação partidária a partir de recortes socioeconômicos, com o objetivo de identificar as características dos eleitores identificados com os partidos conservadores¹⁴. Os recortes selecionados foram: *Região*, *Tamanho do município*, *Faixas de idade*, *Educação*, *Renda domiciliar*, *Gênero*, *Raça* e *Religião* (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b).

Entre esses enfoques, apenas três se apresentaram estatisticamente importantes para a descrição dos eleitores identificados com partidos conservadores. Primeiro, a *Região*: os nordestinos tiveram uma participação relativamente grande nos números referentes a identificação partidária, enquanto os eleitores do Sudeste participaram de forma mais fraca (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 62). Segundo, o *Tamanho do município*: os eleitores em questão foram encontrados mais frequentemente em municípios de porte populacional pequeno, definidos pelos autores como aqueles que possuem até 19.600 eleitores (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 62–65). Terceiro, a *Idade*: o rol de simpatizantes dos partidos conservadores foi caracterizado como mais velho do que os dos partidos de esquerda e de centro (Mainwaring, Meneguello, e Power 2000b, 66).

Os autores realizaram outros testes estatísticos com os dados citados no parágrafo anterior e apuraram diferenças entre os eleitores identificados com partidos conservadores. No entanto, o objetivo deste artigo é investigar as características socioeconômicas do eleitorado identificado com partidos conservadores. Para isso, selecionamos os dados do ESEB, cujas ondas foram realizadas logo após as eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014¹⁵ 16.

¹⁴ Segundo os autores, os eleitores conservadores têm menor propensão a se identificarem com algum partido. A hipótese levantada por eles para explicação deste fato é que os eleitores conservadores têm uma predileção por rejeitar partidos políticos. Além disso, os políticos conservadores brasileiros migram mais do que políticos de outros blocos ideológicos, provavelmente porque no país os partidos à direita “foram sempre criados de cima para baixo”, não construindo laços fortes com suas bases eleitorais (Mainwaring, Meneguello, e Power, 2000, 61).

¹⁵ A onda realizada em 2018 não está disponível, por isso não foi incluída na análise.

¹⁶ As perguntas selecionadas para mensurar Identificação partidária foram as seguintes. Em 2002: “32) Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?”; em 2006: “ESEB8) Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?”; em 2010: “ESEB12) Qual partido gosta?”; em 2014: “Q16B) Qual partido o(a) sr(a) gosta?”. Todas elas foram respondidas de forma espontânea e única. Os partidos conservadores que foram mencionados em 2002 foram: PPB, PTB, PL, PFL, PSDC, PSD e PRONA; em 2006: PTB, PFL e PP; em 2010: PTB, DEM, PSC, PRP, PP, PRB e PR; em 2014: DEM, PP, PR, PRB, PRP, PSC, PSD, PSDC, PTB, PTC, PTdoB e SD. Recodificamos os dados como “Conservadores” (todos os partidos conservadores mencionados), “Outros” (todos os

Antes, devemos levar em conta dois fatores. Primeiro, o número de respondentes que se encaixam em “Outros” é quase sempre maior que em “Conservadores”, porque naqueles estão contidos os partidos que historicamente possuem mais simpatizantes: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (Speck e Balbachevsky 2016). Segundo, não foi possível recodificar todos os dados de forma que eles fossem mensurados pelos mesmos parâmetros em todos os anos. Na Tabela 3, por exemplo, as regiões Norte e Centro-Oeste foram unidas em uma só nos dados de 2006. Tendo isso em vista, seguimos para a análise dos dados a partir dos mesmos recortes propostos pelos autores.

Tabela 3 – Identificação partidária x Região – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Região	Conservadores	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total	
2002	Norte	4.9	3.9	5.7	4.1
	Centro-Oeste	7.4	4.9	5.7	5.1
	Nordeste	33.3	22.6	37.7	24.4
	Sudeste	42.0	56.1	45.3	54.3
	Sul	12.3	12.6	5.7	12.2
2006	Norte/Centro-Oeste	0.0	14.8	0.0	14.0
	Nordeste	26.7	25.5	0.0	25.5
	Sudeste	40.0	41.8	100.0	41.7
	Sul	33.3	17.9	0.0	18.7
2010	Norte	4.0	7.2	11.1	7.2
	Centro-Oeste	0.0	7.1	0.0	6.9
	Nordeste	48.0	28.6	33.3	29.1
	Sudeste	28.0	45.2	44.4	44.7
	Sul	20.0	11.9	11.1	12.1
2014	Norte	5.7	7.2	0.0	7.0
	Centro-Oeste	5.7	4.7	18.2	5.1
	Nordeste	25.7	28.7	22.7	28.5
	Sudeste	34.3	48.5	45.5	48.0
	Sul	28.6	10.8	13.6	11.5

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

A Tabela 3 mostra que, em termos de número de simpatizantes, o Nordeste foi uma região positivamente importante para os conservadores até 2002, enquanto o Sudeste exerceu um papel contrário. Em 2006, esta clivagem foi suspendida, enquanto o Sul se mostrou uma base positivamente importante. Em 2010, somaram-se os efeitos identificados em 2002 e 2006. Em 2014, o Nordeste perdeu seu efeito positivo, mas o Sul e o Sudeste mantiveram seus efeitos positivo e negativo, respectivamente. Neste quesito, portanto, a única região que demonstrou um efeito

outros partidos mencionados) e “NS/NS nome/N lembra” (“NS” = Não sabe; “NS nome” = Não sabe o nome do partido ou disse o nome de um partido inexistente; “N lembra” = Não lembra o nome do partido).

mais duradouro foi o Sul, que desde 2006 se provou um espaço no qual há uma concentração relativamente maior de simpatizantes de partidos conservadores.

Tabela 4 – Identificação partidária x Porte do município – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Porte do município	Conservador	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total	
2002	Não há informação referente ao porte populacional do município no ESEB de 2002				
2006	Não há informação referente ao porte populacional do município no ESEB de 2006				
	50 maiores municípios	25.0	36.7	0.0	36.0
2010	Próximos 500 municípios	14.3	28.6	55.6	28.4
	Próximos 5.000 municípios	60.7	34.7	44.4	35.6
2014	Não há informação referente ao porte populacional do município no ESEB de 2014				

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

A Tabela 4 informa sobre a única onda do ESEB que contém dados relativos ao porte populacional dos municípios, 2010. Nela, é possível notar que os simpatizantes de partidos conservadores seguem desproporcionalmente mais alocados em municípios de menor porte populacional.

Tabela 5 – Identificação partidária x Idade (Faixa etária) – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Faixa etária	Conservador	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total	
2002	16-24	16.9	19.4	21.2	19.2
	25-34	24.1	24.3	7.7	23.4
	35-44	13.3	26.1	19.2	24.6
	45-59	18.1	20.8	26.9	20.9
	>60	27.7	9.4	25.0	11.9
2006	16-24	18.2	22.1	0.0	21.6
	25-34	27.3	22.8	25.0	23.0
	35-44	9.1	22.1	25.0	21.6
	45-59	18.2	18.6	25.0	18.7
	>60	27.3	14.4	25.0	15.1
2010	16-24	17.9	17.6	11.1	17.5
	25-29	14.3	12.7	22.2	12.8
	30-39	32.1	20.4	22.2	20.8
	40-49	7.1	21.1	0.0	20.5
	>50	28.6	28.3	44.4	28.4
2014	16-24	20.0	15.3	27.3	15.8
	25-34	25.7	22.3	27.3	22.6
	35-44	25.7	19.0	4.5	18.9
	45-64	17.1	32.4	27.3	31.7
	>65	11.4	11.0	13.6	11.1

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

A Tabela 5 ajuda a observar as informações referentes à faixa etária a partir de um recorte temporal que divide as quatro ondas em duas duplas. Na primeira, composta por 2002 e 2006, nota-se que as faixas etárias nas quais se encontram mais

simpatizantes de partidos conservadores do que o total da sociedade – > 60 anos em ambas – são mais velhas do que as faixas nas quais se encontra uma desproporcionalidade contrária – 35-44 anos em ambas.

Na segunda, composta por 2010 e 2014, acontece o contrário. As faixas positivamente importantes para os partidos conservadores – 30-39 e 35-44 anos, respectivamente - são mais novas do que as faixas que se comportam de maneira negativa em relação a eles – 40-49 e 45-64 anos, respectivamente.

Ou seja, o efeito identificado por Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) só foi mantido até 2006 e foi invertido a partir de 2010. Entretanto, é necessário afirmar que somente pesquisas que realizam painéis de entrevistas conseguem solucionar o dilema identificado pelos autores: se o conservadorismo é definido pelo tempo de vida ou por um efeito geracional.

Tabela 6 – Identificação partidária x Educação (Escolaridade) – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Escolaridade	Conservadores	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total	
2002	Sem instrução	6.0	4.4	17.6	5.2
	Até 4ª série	34.9	21.8	41.2	24.0
	5ª série - 8ª série	18.1	20.1	17.6	19.8
	Até 2º grau	28.9	37.0	23.5	35.6
	Superior ou mais	12.0	16.7	0.0	15.4
2006	Analfab./Prim. Inc./Com.	25.0	34.6	50.0	34.4
	Ginásio Inc./Com.	41.7	25.1	0.0	25.4
	Colégio Inc./Com.	16.7	31.2	50.0	30.8
	Superior Inc./Com. ou mais	16.7	9.1	0.0	9.3
2010	Analfabeto/Nunca freq. escola	3.6	2.8	0.0	2.8
	Até 4ª série	10.7	29.1	44.4	28.8
	Até 8ª série	25.0	22.7	22.2	22.8
	Até 3ª série E.M.	32.1	31.2	33.3	31.3
	Até Superior completo	25.0	12.6	0.0	12.8
	Pós-graduação ou mais	3.6	1.5	0.0	1.6
2014	Analfabeto/Nunca freq. Escola	2.9	4.3	4.5	4.3
	Até 4ª série	2.9	19.1	13.6	18.4
	Até 8ª série	11.4	24.8	27.3	24.4
	Até 3ª série E.M.	45.7	35.7	31.8	36.0
	Até Superior completo	34.3	14.5	22.7	15.3
	Pós-graduação ou mais	2.9	1.6	0.0	1.6

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

A Tabela 6 esclarece que até 2002 as faixas que mais simpatizavam com os partidos conservadores são de menor escolaridade do que as que menos simpatizam – “Até 4ª série” e “Até 2º grau”, respectivamente. A onda de 2006 não se mostrou consistente com relação a este recorte, pois as faixas nas quais há maior proporção de simpatizantes de legendas conservadores, “Ginásio Inc./Com.” e “Superior Inc./Com. ou mais”, estão intercaladas com aquelas nas quais há menor proporção, “Analfab./Prim. Inc./Com.” e “Ginásio Inc./Com.”.

A partir de 2010, houve uma inversão do que era observado em 2002. As faixas positivamente importantes para os partidos conservadores – “Até Superior completo” em 2010, “Até 3ª série E.M.” e, novamente, “Até Superior completo” em 2014 – são mais escolarizadas do que as negativamente importantes – “Até 4ª série” em 2010 e 2014, e “Até 8ª série” em 2014. Isto é, os simpatizantes dos partidos conservadores se encontram mais entre os mais escolarizados a partir de 2010.

Tabela 7 – Identificação partidária x Renda familiar mensal – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Renda familiar	Conservadores	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total	
2002	< 1 SM	28.9	21.8	34.6	23.2
	1-5 SM	38.6	44.8	50.0	44.6
	5-15 SM	27.7	26.5	15.4	26.0
	> 15 SM	4.8	6.9	0.0	6.3
2006	< 1 SM	28.6	7.0	100.0	8.7
	1-5 SM	71.4	78.2	0.0	77.3
	5-15 SM	0.0	13.4	0.0	12.7
	> 15 SM	0.0	1.4	0.0	1.3
2010	< 1 SM	7.1	14.2	11.1	13.9
	1-5 SM	71.4	67.9	77.8	68.1
	5-15 SM	14.3	15.6	11.1	15.6
	> 15 SM	7.1	2.2	0.0	2.4
2014	< 1 SM	3.2	14.7	10.0	14.2
	1-5 SM	67.7	68.5	70.0	68.5
	5-15 SM	22.6	14.8	15.0	15.1
	> 15 SM	6.5	2.0	5.0	2.2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

SM = Salário mínimo, que em 2002 era R\$200,00¹⁷; em 2006 era R\$350,00¹⁸; em 2010 era R\$510,00¹⁹; e em 2014 era R\$724,00²⁰.

Na Tabela 7, três dados se destacam dos demais. Em 2002, os que possuíam a faixa de renda familiar mensal entre um e cinco salários mínimos foram negativamente marcantes para os partidos conservadores. Em 2006, a faixa cuja renda foi menor que um salário mínimo foi especialmente positiva. Depois, somente em 2014, a faixa de cinco a 15 salários mínimos teve relativamente mais entrevistados simpatizantes de partidos conservadores que o total. Quer dizer, os simpatizantes de partidos conservadores não se distribuem sistematicamente de acordo com a renda – pelo menos no período recortado.

¹⁷ Lei 10.525 de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10525.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

¹⁸ Lei 11.321 de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11321.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

¹⁹ Lei 12.255 de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

²⁰ Lei 8.166 de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acessado em: 30.jun.2019.

Tabela 8 – Identificação partidária x Gênero (Sexo) – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Sexo		Conservador	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total
2002	Masculino	52.4	52.4	37.3	51.5
	Feminino	47.6	47.6	62.7	48.5
2006	Masculino	63.6	57.6	0.0	56.8
	Feminino	36.4	42.4	100.0	43.2
2010	Masculino	53.6	52.8	11.1	52.5
	Feminino	46.4	47.2	88.9	47.5
2014	Masculino	45.7	55.6	36.4	54.8
	Feminino	54.3	44.4	63.6	45.2

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

A Tabela 8, referente ao gênero (medido pela informação “Sexo”), demonstra que somente em duas ondas foram identificadas desproporções entre os simpatizantes de partidos conservadores: em 2006, houve mais simpatizantes entre as pessoas do sexo masculino e, portanto, menos entre as do sexo feminino. Em 2014, este quadro foi o inverso. Logo, também não podemos afirmar que a distribuição social dos que se identificam com esses partidos é reiteradamente marcada pelo sexo.

Tabela 9 – Identificação partidária x Raça (Cor) – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Raça/Cor		Conservador	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total
2002	Negro	55.6	45.1	62.3	47.0
	Branco	44.4	52.9	35.8	51.2
	Amarelo	0.0	0.9	0.0	0.7
	Índio	0.0	1.1	1.9	1.1
2006	Não houve pergunta relacionada a Raça/Cor/Etnia no questionário de 2006				
2010	Negro	64.3	57.9	66.7	58.2
	Branco	35.7	40.5	33.3	40.3
	Amarelo	0.0	1.3	0.0	1.3
	Índio	0.0	0.2	0.0	0.2
2014	Negro	34.3	59.1	50.0	58.0
	Branco	62.9	38.4	50.0	39.5
	Amarelo	0.0	1.7	0.0	1.6
	Índio	2.9	0.8	0.0	0.8

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).
 “Negro” = Pretos e pardos.

A Tabela 9 enfoca nos dados referentes à Raça (Cor) e ilustra três fatos. Um, relativo aos negros: costumavam ser uma base de simpatizantes importante para os partidos conservadores até 2010, o que se inverteu em 2014. Dois, os brancos demonstraram comportamento inverso ao descrito na frase anterior, reforçando tal inversão. Três, entre os poucos índios e amarelos entrevistados, somente um entre os primeiros demonstrou simpatizar com um partido conservador (em 2014), enquanto

nenhum entre os segundos respondeu da mesma forma durante todo o recorte temporal.

Tabela 10 – Identificação partidária x Religião – ESEB (2002-2014)

Id. Partidária x Religião	Conservador	Outros	NS/NS nome/N lembra	Total	
2002	Católica	70.4	71.7	65.4	71.2
	Evangélica	17.3	12.5	17.3	13.2
	Espírita	2.5	3.5	3.8	3.4
	Outros	6.2	5.5	7.7	5.7
	Nenhuma	3.7	6.9	5.8	6.5
2006	Católica	90.0	64.6	80.0	65.8
	Evangélica	10.0	21.3	20.0	20.9
	Espírita	0.0	1.9	0.0	1.8
	Outros	0.0	2.3	0.0	2.2
	Nenhuma	0.0	9.9	0.0	9.4
2010	Católica	53.6	60.5	77.8	60.4
	Evangélica	32.1	22.7	11.1	22.9
	Espírita	3.6	3.9	0.0	3.9
	Outros	0.0	3.7	0.0	3.6
	Nenhuma	10.7	9.2	11.1	9.2
2014	Católica	50.0	63.7	59.1	63.1
	Evangélica	41.2	22.5	18.2	23.1
	Espírita	2.9	2.3	9.1	2.5
	Outros	5.9	3.6	0.0	3.6
	Nenhuma	0.0	7.9	13.6	7.8

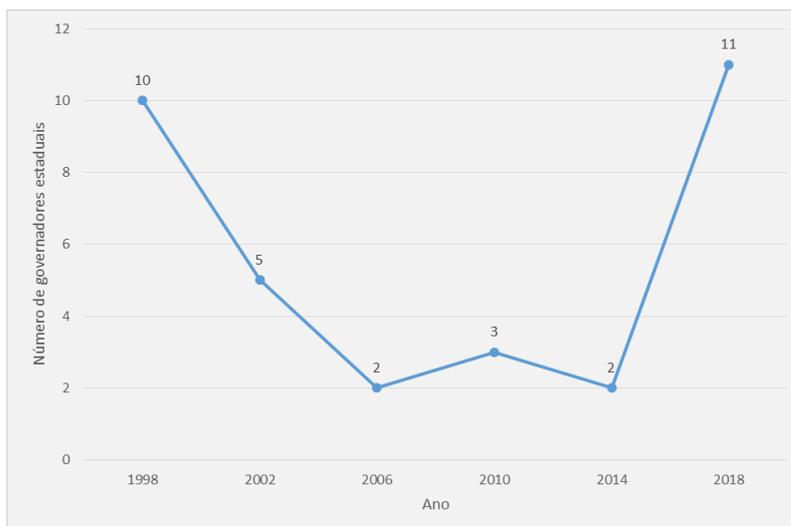
Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados do ESEB (Cesop-COCEN/Unicamp).

Por fim, a Tabela 10 traz dados sobre a relação entre a identificação partidária e as religiões. Em 2002, nenhum tipo de desproporcionalidade foi encontrada. Em 2006, os católicos eram a consistente maioria dos simpatizantes dos partidos conservadores. Entretanto, a partir de 2010, a participação de evangélicos nessa parcela de simpatizantes cresceu substancialmente, atingindo seu ápice em 2014. Além disso, neste mesmo ano, apesar de 7,8% dos entrevistados declararem não possuir religião e/ou crença, nenhum deles afirmou que se identificava com legendas conservadoras. Isto é, os simpatizantes de tais legendas são mais evangélicos e mais religiosos que a média da sociedade.

Desempenho eleitoral

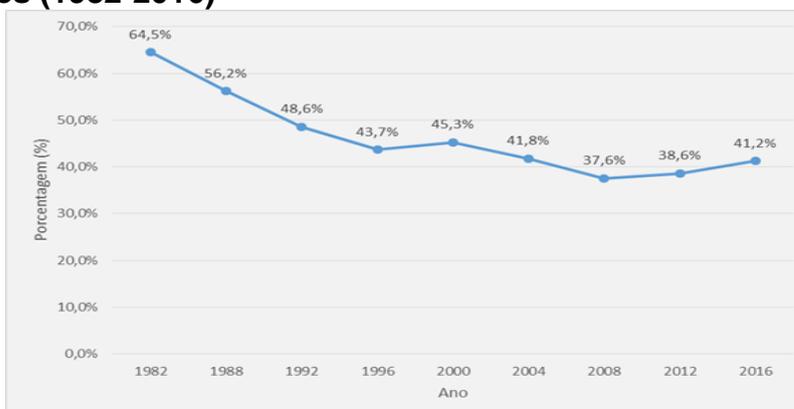
Mainwaring, Meneguello e Power (2000b) também observaram dados eleitorais dos partidos conservadores. A fim de sintetizar as principais comparações entre o período analisado no livro com os valores obtidos pelos conservadores nas urnas atualmente, trouxemos os cargos que serviram de critério para definir se um partido conservador entraria para análise (ver Nota de rodapé 3) e a porcentagem de prefeituras conquistadas, assim como os autores fizeram.

Gráfico 2 – Número de Unidades Federais sob governo de um partido conservador (1998-2018)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE.

Gráfico 3 – Porcentagem de prefeituras conquistadas por partidos conservadores (1982-2016)



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE.

Tabela 11 – Porcentagem de votos conquistados por partidos conservadores no primeiro turno das eleições presidenciais (1989-2018)

Partido conservador	1989	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
	Votos válidos 1ºT. (%)							
PRN	30,5	0,6	-	-	-	-	-	-
PDS/PPR/PPB/PP	8,9	2,8	-	-	-	-	-	-
PL/PR	4,8	-	-	-	-	-	-	-
PFL/DEM	0,9	-	-	-	-	-	-	-
PSD	0,8	-	-	-	-	-	-	-
PTB	0,6	-	-	-	-	-	-	-
PRONA	0,5	7,4	2,1	-	-	-	-	-
NOVO	-	-	-	-	-	-	-	2,5
PRP	-	-	-	-	0,13	-	-	-
PSDC/DC	-	-	-	-	0,07	0,09	0,06	0,04
PSL	-	-	-	-	0,06	-	-	46,03
PRTB	-	-	-	-	-	0,06	0,43	-
PSC	-	-	-	-	-	-	0,75	-
PEN/PATRI	-	-	-	-	-	-	-	1,26
PTN/PODE	-	-	-	-	-	-	-	0,8

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de dados disponíveis em Mainwaring, Meneguello e Power (2000b).

Os resultados eleitorais chamam atenção. Os partidos conservadores, mesmo após um período de menor sucesso nas urnas, de 2000 até 2010, apresentaram um crescimento comparável aos números mais antigos encontrados em Mainwaring, Meneguello e Power (2000b). As perspectivas vitoriosas que os autores apontaram no livro parecem ter sido retomadas agora – com a volta de uma porcentagem superior a 40% das prefeituras no país (Gráfico 3), 11 governadores estaduais (Gráfico 2) e a maior taxa de representação conservadora na Câmara dos Deputados desde 1982: 55,9% (Gráfico 1, na Introdução).

Conclusões

A ascensão de discursos críticos em relação a diversos aspectos do regime democrático no campo conservador – não só no Brasil, mas no mundo todo – insere nosso trabalho em uma agenda de estudos importante para entender as transformações dos partidos conservadores ao longo do atual século. No Brasil, algumas características dos partidos conservadores permaneceram estáveis desde a publicação da obra que elegemos como referência para estudo dessas siglas no país. No entanto, outras passaram por transformações importantes.

A fragmentação do bloco de legendas conservadores permaneceu alta. Partidos criados recentemente, como o PRB e o PSD, demonstraram-se capazes de crescerem enquanto partidos conservadores importantes. No geral, desempenho eleitoral do bloco passou por oscilações negativas no período entre 2002 e 2014; mas, a partir de 2016, os conservadores tiveram uma forte ascensão eleitoral, com alto crescimento do número de cargos conquistados.

Com relação ao que defendem, os parlamentares conservadores permaneceram mais afeitos a posições autoritárias e pró-mercado e menos afeitos ao conceito de fidelidade partidária. Entretanto, duas mudanças foram notadas: no que tange à agenda moral, passaram à indiferença, na contramão dos parlamentares conservadores da ANC; e, na dimensão esquerda/direita, passaram a se posicionar mais ao centro.

No que se refere aos eleitores identificados com partidos conservadores, permaneceram fortemente representados em municípios de menor porte populacional. As medidas de renda domiciliar mensal e gênero deixaram de apresentar uma distribuição sistemática entre os eleitores identificados – pelo menos na clivagem conservadores x não conservadores. Mas, atualmente, os simpatizantes

do bloco são mais encontrados do que a média geral na região Sul; em faixas etárias mais novas do que eram antes; em grupos mais escolarizados do que eram antes; entre os brancos; e entre os evangélicos.

Por enquanto, nossos dados têm caráter descritivo. As intenções para próximos trabalhos são duas: primeiro, inserir dados do ESEB 2018 e do PLB referente à última Legislatura; e segundo, realizar testes estatísticos mais determinantes. Desta forma, nossos resultados serão mais robustos do que são hoje. Mesmo assim, com os achados de agora já é possível afirmar que os partidos conservadores brasileiros têm passado por transformações marcantes, o que pode nos explicar – ou ser uma fonte de hipóteses para – o atual cenário político e social, especialmente após a vitória de um deles na eleição presidencial de 2018; e que o conservadorismo de fato é relacional e sua manutenção passa por mudanças ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- Fernandes, Jean Lucas Macedo. 2017. “Bases sociais e eleitorais dos partidos conservadores no estado de São Paulo (1982-2016)”. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330486> (24 de abril de 2018).
- Figueiredo, Argelina, e Fernando Limongi. 2001. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2º ed Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Freitas, Andréa. 2016. *O presidencialismo da coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Fretel, Julien. 2011. “Qual sociologia para o estudo dos partidos políticos conservadores?” *Revista Brasileira de Ciência Política* (5): 321–49.
- Gibson, Edward L. 1996. *Class and Conservative Parties: Argentina in Comparative Perspective*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Giddens, Anthony. 1995. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Stanford University Press.
- Izumi, Maurício Yoshida. 2016. “Recovering policy positions from text data: A sentiment analysis approach”. Apresentado em III Meeting of GEL-Alacip, Santiago (CL).
- Kinzo, Maria D’Alva Gil. 1990. “O quadro partidário e a Constituinte”. In *De Geisel a Collor: O balanço da transição*, org. Bolívar Lamounier. São Paulo: IDESP, Editora Sumaré.
- . 1993. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos.

- Krause, Silvana, Maurício Michel Rebello, e Josimar Gonçalves da Silva. 2015. “O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010)”. *Revista Brasileira de Ciência Política* (16): 247–72.
- Mainwaring, Scott, Rachel Meneguello, e Timothy Joseph Power. 2000a. “Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil”. In *Conservative Parties, the Right and Democracy in Latin America*, org. Kevin J. Middlebrook. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- . 2000b. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mannheim, Karl. 1981. “O pensamento conservador”. In *Introdução crítica à Sociologia Rural*, org. José de Souza Martins. São Paulo: Hucitec.
- Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Power, Timothy J. 2000. *The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions, and Democratization*. College Station: Pennsylvania State University Press.
- Power, Timothy J., e Cesar Zucco. 2014. “Brazilian Legislative Surveys (1990-2013)”. <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/T2PW7F> (25 de junho de 2019).
- Ribeiro, Pedro Floriano. 2009. “Financiamento partidário no Brasil: propondo uma nova agenda de pesquisas”. *Sociedade e Cultura* 12(1): 33–44.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 1987. *Quem é quem na Constituinte: Uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. São Paulo: Oesp-Maltese.
- Romano, Roberto. 1994. “O PENSAMENTO CONSERVADOR”. *Revista de Sociologia e Política* 0(03): 21–31.
- Souza, Maria do Carmo Campello. 1992. “The Contemporary Faces of the Brazilian Right: An interpretation of Style and Substance”. In *The right and Democracy in Latin America*, orgs. Douglas A. Chalmers, Maria do Carmo Campello Souza, e Atilio A. Borón. New York: Praeger.
- Speck, Bruno Wilhelm, e Elizabeth Balbachevsky. 2016. “Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e peessedebistas”. *Opinião Pública* 22(3): 569–602.